



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

18/05/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1 - 2
1.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	6 - 7
3.2. VARA CRIMINAL.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	9 - 11
4.2. PARCERIAS.....	12 - 13
4.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	14 - 18
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	19
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	20
6.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	21
6.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	22 - 23
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	24
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. VARA CRIMINAL.....	25
8.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	26 - 27
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	28
9.2. COMARCAS.....	29
9.3. DESEMBARGADOR.....	30 - 32
9.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	33
9.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	34
9.6. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	35

**Inmeq estabelece último prazo para
regularização de taxímetros em São Luís**

Pág. 7

Inmeq estabelece último prazo para regularização de taxímetros em São Luís

Quem tem dívidas fiscais no âmbito municipal e estadual terá a oportunidade de negociar suas pendências durante o I Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, que será realizado até o dia 18 deste mês no hall do cinema do Shopping da Ilha. O evento está sendo realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ).

O objetivo é incentivar os contribuintes a regularizarem seus débitos. As negociações serão facilitadas por meio de vantagens como descontos e outros benefícios para quem optar pela regularização. A expectativa é que mais de três mil contribuintes inadimplentes participem. Pessoas físicas e jurídicas poderão resolver questões relacionadas a débitos com tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA).

Os descontos para o IPVA podem chegar a 100% sobre os juros, caso o pagamento seja feito em cota única. Já o ICMS pode ser parcelado em até 60 vezes, com desconto de 80%; se o pagamento for entre 61 e 120 parcelas, o desconto será de 60%. As negociações firmadas para o pagamento desses tributos terão validade até dia 31 de maio.

Durante o mutirão serão realizadas ações de arrecadação fiscal, conciliação jurídica e serviços da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA), do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) e do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA).

"O Governo mostra seu pioneirismo ao unir suas estruturas de gestão com a do Judiciário para ações de conciliação, além de disseminar a cultura da justiça fiscal", ressaltou o procurador-geral adjunto da PGE, Bruno Tomé Fonseca. Ele explicou que o mutirão é uma possibilidade para o contribuinte reduzir ou acabar com inadimplências.

contribuinte fortalece a economia do Estado, uma vez que a sua postura impacta diretamente na arrecadação. Os contribuintes que possuem débitos mais elevados foram notificados para participarem do mutirão. Uma vez acionados, estas pessoas têm a opção de comparecer nos dias marcados para rever sua situação procurando a PGE ou o Tribunal de Justiça até o final de maio.

Mesmo sem ter sido notificado, qualquer contribuinte que tenha dívidas fiscais pode comparecer ao mutirão. "Uma das grandes vantagens do programa é oferecer parcelamento acima de 60 vezes, no caso do ICMS, e anistia integral dos juros no pagamento à vista do IPVA", lembrou o procurador-geral adjunto da PGE. Durante o Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, a PGE vai orientar sobre os processos judiciais.

Além da PGE, outros órgãos estaduais estão envolvidos com o Mutirão como a Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e Procon. O secretário de Estado de Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, afirmou que ações deste porte são de grande importância para a economia. "Sobretudo se considerarmos o cenário econômico que todo o país enfrenta", declarou. Já o diretor do Procon, Duarte Júnior, destacou a missão do órgão de monitorar e orientar os cidadãos para melhorar a qualidade das relações de consumo. "O evento é de extrema importância para que as pessoas possam solucionar suas pendências com o Estado e ter os direitos restabelecidos", disse.

Ao Tribunal de Justiça, parceiro na realização do evento, cabe a colaboração direta na mediação das audiências de conciliação, por meio da Vara de Execução Fiscal. O órgão vai disponibilizar uma sala de audiência para os contribuintes que respondem a processo de execução fiscal e também será disponibilizado um sistema de agendamento no site do Tribunal de Justiça para marcar as audiências.

Agendamento - Contribuintes interessados em regularizar a situação fiscal podem fazer o agendamento no site do evento em www.ma.gov.br/mutiraofiscal. Na plataforma, deve informar o número do CPF ou CNPJ e confirmar a presença no evento. Ao acessar o site, o contribuinte poderá consultar a situação fiscal em que se encontra e todas as vantagens do mutirão. O contribuinte também poderá simular seus descontos e realizar o autoatendimento, imprimindo o documento de arrecadação referente ao seu débito.

18 de Maio

Dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

Instituído pela lei federal 9.970/2000, o Dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é celebrado anualmente em 18 de maio. A data alude ao bárbaro assassinato da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo, de oito anos, vítima de extrema violência e abuso sexual, em Vitória/ES.

Em 2015, o Disque 100 recebeu 604 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Maranhão. 524 destes casos são ocorrências de abuso sexual. O levantamento aponta ainda que o maior registro de denúncias ocorre em maio, período de conscientização contra o abuso e a exploração sexual, e nos meses de janeiro, junho, novembro e dezembro, que coincidem com as férias escolares, festas e eventos populares que geram grande circulação de pessoas entre os municípios.

Atendimento - As vítimas deste tipo de crime recebem atendimento médico ambulatorial após a denúncia. O Estado dispõe de perícia técnica especializada para o atendimento às vítimas, no Centro de Proteção à Criança e ao Adolescente (CPCA, Praça Maria Aragão). O CPCA também dispõe de delegacia especializada. Após a denúncia e o processo de perícia e acompanhamento médico, a criança e/ou adolescente e sua família são acompanhados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), que presta acompanhamento psicossocial, no âmbito da assistência social.

O CPCA foi instalado em São Luís em 2005 como reconhecimento da responsabilidade do Estado em acordo de solução amistosa, firmado junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) no caso que ficou internacionalmente conhecido como "caso dos meninos emasculados": entre 1991 e 2003 diversos meninos entre oito e 15 anos foram assassinados e tiveram suas genitálias arrancadas. O assassino foi condenado em 2009 a mais de 36 anos de prisão.

Agenda - "A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular tem trabalhado em ações de prevenção, com foco no fortalecimento dos conselhos tutelares, através da capacitação dos conselheiros, bem como dos demais profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente, articulando, junto aos municípios do Estado ações previstas no Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Nesta semana, o calendário de capacitações se inicia nos municípios de Cururupu e Imperatriz", anuncia a Coordenadora de Ações de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Sedihpop, Flávia Gersa Silva. Uma intensa agenda marcará o mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Hoje (18) acontece em Cururupu uma audiência pública sobre o tema, organizada pelo Poder Judiciário (Comarca de Cururupu) e Secretaria Municipal de Assistência Social de Cururupu. As ações do Executivo estadual para combater a prática criminosa serão apresentadas por representante da Sedihpop na ocasião. O início da audiência está marcado para 15h, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Cururupu.

Também em Cururupu, quinta-feira (19), das 8h às 17h, o mesmo local da audiência pública sedia uma oficina de capacitação sobre a rede de proteção à criança e adolescente dos municípios de Cururupu e Serrano, abordando atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias. A realização dos eventos é fruto de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Comarca de Cururupu), Sedihpop e prefeituras municipais de Cururupu e Serrano.

Dias 23 e 24 de maio Imperatriz recebe o evento "Múltiplos olhares sobre as violações de direitos humanos na escola", com a presença dos secretários de Estado da Educação Felipe Camarão e dos Direitos Humanos e Participação Popular Francisco Gonçalves, além do Promotor da Infância e da Juventude Márcio Thadeu Silva Marques.

No segundo dia da atividade a Sedihpop oferecerá oficina sobre Questão de gênero e diversidade sexual com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e sobre o atendimento a vítimas de violência sexual na perspectiva dos direitos humanos.

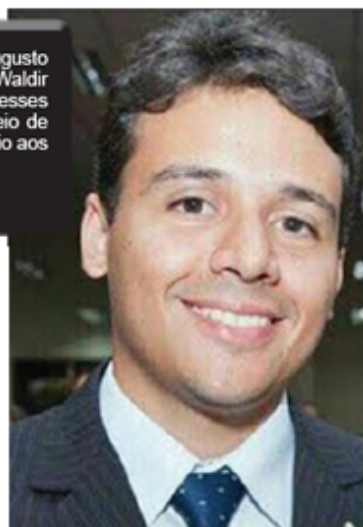
Encerrando a programação, em São Luís, dia 31, acontece mais uma edição dos "Diálogos Insurgentes". O debate acontece às 19h, no auditório da Faculdade Estácio (antiga São Luís, Rua Oswaldo Cruz, Canto da Fabril). Estão confirmadas as presenças de Maristhela Rodrigues (filósofa, mestre em Políticas Públicas/UFMA, doutoranda em Ciências Sociais/UFMA e docente da Estácio), Danyelle Bitencourt (assistente social, mestranda em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa/Portugal e coordenadora administrativa da Coordenadoria Estadual da Mulherem Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão), Flávia Gersa Silva (pedagoga, mestranda em Políticas Públicas/UFMA e coordenadora das Ações de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes da Sedihpop) e Ivana Braga (jornalista, pós-graduanda em Projetos e Políticas Sociais/Senac/SP e supervisora de Educação em Direitos Humanos da Sedihpop).

Sinecura **Justiça decreta bloqueio de bens de filho de Waldir Maranhão**

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos Douglas Martins [pediu](#) o bloqueio online de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de imóveis avisando sobre a decisão.

PÁGINA 3

Thiago Maranhão, filho do presidente interino da Câmara Waldir Maranhão





Justiça decreta bloqueio de bens de filho de Waldir Maranhão

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos Douglas Martins pediu o bloqueio online de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de imóveis avisando sobre a decisão.

Thiago Maranhão foi nomeado no Tribunal de Contas do Maranhão em outubro de 2013 e recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio alimentação. No entanto, atuava como médico em outros estados e fez residência

no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014. Thiago só foi exonerado do cargo em maio deste ano.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, acatou parcialmente a ação popular que pedia que o dinheiro fosse devolvido e, também, que fosse feito um cadastramento do quadro de funcionários do TCE-MA. Ainda de acordo com a decisão, o estado do Maranhão tem o prazo de 90 dias para realizar o cadastramento de todos os servidores do Tribunal de Contas para verificar se existem ou não outros funcionários 'fantasmas'.

"A providência é mais que necessária para preservar a imagem do próprio Tribunal de Contas. Tratando-se de órgão de controle da Administração Pública a quem compete o julgamen-

to, auditoria e fiscalização na aplicação de recursos públicos, a completa transparência e esclarecimento dos fatos interessam ao próprio Tribunal. Por outro lado, o indeferimento da medida de cautela pode deixar dúvidas de que o tribunal de Contas, com a colaboração do Poder Judiciário, possa estar ocultando outros servidores em igual situação à de Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso. Portanto, justificase o deferimento da medida, a fim de que se previna a existência de outros casos, bem como, se identificados outros, possibilite-se a sua apreciação e correção pelo próprio Tribunal de Contas e/ou pelo Sistema de Justiça", destacou o magistrado em sua decisão.

RELEMBRE O CASO

Dois advogados entra-

ram com ação popular na Justiça pedindo o bloqueio dos bens do médico Thiago Maranhão, que recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio alimentação do Tribunal de Contas do Maranhão. Ele foi exonerado depois que foi comprovado que estaria atuando como médico em São Paulo e fazendo pós-graduação na mesma cidade, enquanto exercia a função no TCE-MA.

O caso está sendo investigado pelo Ministério Público que estipulou prazo de até dez dias para que o TCE envie as informações sobre a situação jurídica do funcionário. Thiago Maranhão é filho do deputado federal Waldir Maranhão (PP-MA), que também recebeu salários indevidos segundo nota da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

OPINIÃO

Judiciário investe em sistema para solução de conflitos

Com o novo Código de Processo Civil (CPC) – em vigor desde o dia 18 de março deste ano – o Poder Judiciário do Maranhão investe no sistema multiportas de solução de conflitos, com ações práticas e efetivas na área de conciliação. - *Pag. 2*



CORREIO CLIPPING

Notícias das Agências e Assessorias de Comunicação

DJ Cosmo lança novo set em Calourada na Kathedral

Um momento de confraternização entre os antigos períodos e os novos alunos que chagam na faculdade Estácio acontece esse sábado a partir das 22h na Calourada “Estacionando”. A boate Kathedral será palco dessa grande festa que terá como principal atração o DJ Cosmo Neres, que na ocasião estará lançado seu novo set, além da Levada do Teco, o forrozeiro Wandim Rey e o DJ Flávio Durans.

Com algum tempo de carreira na ilha, Cosmo figura entre os profissionais mais respeitados da área em nossa cidade. Com sua precisão técnica e set contagiante, no últimos ano o DJ se apresentou nos eventos de maior prestígio da e

ainda fez sucesso com o seu set eletrizante na Festa do Branco da DJ Sound Awards 2015 no Barra Music no Rio de Janeiro. Após o destaque que Cosmo ganhou em São Luís, o profissional teve seu set postado no site “DJ Sound”, um dos mais respeitados do meio no Brasil. Com o seu segundo cd, o DJ recebeu o prêmio de revelação do ano, representando a região Norte/Nordeste do “DJ Sound Awards”, a maior premiação de EDM da América Latina.

Nesse sábado (21) o DJ Cosmo irá lançar, no palco da Kathedral, oficialmente seu novo set intitulado Essential BR Bass. “Esse foi um set que fiz com apenas tracks remix botleegs e mashups de artistas brasileiros. Com vários artistas

brasileiros em ascensão e fazendo um trabalho magnífico, acredito que todos nós Djs devemos fortalecer cada vez mais esse nosso time do Brasil independente de nossas diferenças, semelhanças e divergências musicais, levando o legado da boa música criada aqui para todos os cantos do País. Aqui nesse Set estão presentes as influências musicais que carrego comigo como: Chemical Surf, Future Class, Vintage Culture, Dub Dogz, Alok, Malik Mustache, Illusionize, Zerb, Victor Lou, Liu, Vokker e outros. Espero que gostem.”, conta Cosmo sobre o seu novo trabalho que já está disponível para download no site: soundcloud.com/cosmo-neres.

MEDIDAS CAUTELARES

Vara Criminal usa biometria para controlar frequência



Sistema Convictus faz controle através da biometria

A 9ª Vara Criminal de São Luís, especializada em crimes contra crianças e adolescentes, está utilizando o Sistema Convictus para controle, através da biometria, da frequência de acusados em cumprimento de medida cautelar do tipo termo de comparecimento. A unidade judiciária é a primeira a implementar, no Fórum Desembargador Sarney Costa, o uso desse sistema digital.

Os servidores da 9ª Vara Criminal passaram por treinamento e iniciaram uma fase de teste do sistema desde o último dia 28 de abril. Já foi cadastrada a assinatura biométrica de 50 acusados. Atualmente, cerca de 290 cumprem medida cautelar de termo de comparecimento naquela unidade judiciária.

O Convictus é um sistema informatizado de controle de frequência que usa a biometria para garantir maior segurança na identificação correta do apenado/acusado e permite que as unidades judiciais tenham maior controle de tais registros, uma vez que o programa possibilita emitir relatórios com estatística de comparecimentos e faltas.

Para a juíza Stela Pereira Muniz Braga, respondendo atualmente pela 9ª Vara Criminal,

a implantação do sistema Convictus representa um grande avanço no acompanhamento e controle das medidas cautelares na modalidade termo de comparecimento, além do ganho em relação ao tempo no atendimento feito pelo servidor que antes fazia manualmente o cadastramento e a assinatura.

O Convictus foi criado pela Coordenadoria do Sistema de Informação do Tribunal de Justiça do Maranhão a partir de um modelo utilizado no TJ do Espírito Santo. A adaptação do sistema trouxe inovações, na medida em que foi configurado para acesso através do sistema Sentinela, disponível no site TJMA, e com o uso do mesmo leitor digital já utilizado para registro do ponto eletrônico do servidor, possibilitando assim o uso em qualquer computador habilitado na rede do tribunal, no perfil dos servidores cadastrados.

A primeira versão do Convictus foi implantada na 2ª Vara de Execução Penal da Comarca da Ilha de São Luís (bairro Renascença I), em novembro de 2013, para os casos de cumprimento de pena restritivas de direitos, e já passou por várias atualizações.

Imperatriz enfrenta violência contra criança e adolescente

“Quem ama protege, quem protege denuncia!” é o tema que está sendo abordado este ano, na Semana do Combate e Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Contra Criança e Adolescente

IMPERATRIZ

Seguirá até sexta-feira, 20, a Semana do Combate e Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Contra Criança e Adolescente, em Imperatriz. Promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o evento foi aberto segunda-feira, 16.

“Quem ama protege, quem protege denuncia!” é a temática que está sendo abordada este ano, visando fomentar a conscientização da sociedade imperatrizense para um problema silencioso, mas que está presente no município e reflete nos altos índices de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes registrados e acompanhados pelo Creas.

A abertura oficial da semana ocorreu no dia 16, no auditório da Unidade Regional de Educação de Imperatriz (Urei), localizada na Rua Simplicio Moreira, S/N, Centro.

Palestras educativas voltadas às crianças, adolescentes e pais foram programadas para toda a semana nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – espaços que atendem no contraturno escolar de crianças e adolescentes da comunidade e também do trabalho infantil - distribuídos pela cidade.

A semana alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra a Criança e Ado-

MAIS

Pesquisa aponta além da violência

Segundo o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a predominância de crianças e adolescentes entre as vítimas de estupro é alarmante, uma vez que as consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras. Quando a questão não é tratada, há impactos na autoestima, nas relações interpessoais, no desenvolvimento da sexualidade e no aprendizado.

Serão julgados cerca de 400 processos

A prevenção combate o abuso sexual

lescentes - 18 de Maio conta com a parceria da Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Vara da Infância, Defensoria Pública e Secretaria de Saúde.

A coordenadora do Creas, Jucilene Reis, enfatizou a importância da mobilização da sociedade em parceria com o poder público para combater a violência contra o público infanto-juvenil.

“Imperatriz não poderia deixar passar despercebida essa data, pois, assim como tantas outras cidades brasileiras, vem se destacando neste cenário assustador, tendo suas crianças e adolescentes vítimas desta violência, que deixa marcas por toda a vida. As crianças são violadas no seio familiar e isso precisamos combater”, disse a coordenadora.

TJMA

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) também promoverá até sexta-feira a Semana da Infância, em todo o estado, em alusão ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes, com data oficial em 18 de maio.

O presidente da coordenadoria, desembargador José de Ribamar Castro, explicou que a ideia é incentivar o julgamento do maior número de audiências, durante a semana, além de divulgar práticas adotadas pelo Judiciário mara-

nhense em prol da causa social.

Mais de 30 juízes confirmaram presença na ação, quando serão julgados aproximadamente 400 processos, envolvendo violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis. Nas pautas, constam também ações em trâmite nas Varas de Família.

Além das audiências, diversas atividades estão agendadas para acontecer durante a Semana, incluindo caminhadas, passeatas, distribuição de camisetas (equipe organizadora), estandes com informações e distribuição de cartilhas do Depoimento Especial.

Em algumas comarcas, as ações contam com parcerias do Ministério Público e de prefeituras. Em algumas comarcas, as ações contam com parcerias do Ministério Público e de prefeituras.

A melhor maneira de combater a violência sexual infantil é a prevenção – por meio de um trabalho de sensibilização e informação junto aos pais e responsáveis, da população em geral e dos profissionais das áreas de educação, saúde e órgãos de proteção.

Lei

O 18 de Maio foi instituído pela Lei Federal nº 9.970/00. No dia 18 de maio de 1973, a criança de 8 anos Araceli Crespo foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada em Vitória (ES). Apesar da natureza hedionda do crime, seus agressores nunca foram punidos. Após a prisão, julgamento e absolvição dos acusados, o processo foi arquivado pela Justiça.

Por conta da grande repercussão do caso na época, a data de 18 de maio foi instituída como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. É uma das conquistas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de mobilizar a sociedade a participar dessa luta.

Divulgação



Criança que convive ou presencia todos os dias a violência

Violência infanto-juvenil é crime silencioso

O abuso sexual significa que o corpo de uma criança ou adolescente é usado para prática e qualquer ato de natureza sexual. Pode ocorrer com ou sem violência física, mas a violência psicológica está sempre presente.

A pessoa que comete esse tipo de violência visa unicamente satisfazer seus desejos sexuais. O crime pode ocorrer como abuso sexual intrafamiliar, quando a violência acontece dentro da família, ou seja, a vítima e o autor da violência sexual têm alguma relação de parentesco.

Já o abuso sexual extrafamiliar é caracterizado quando não há vínculo de parentesco entre o autor da vio-

Exploração sexual é crime hediondo

A violência psicológica está sempre presente

lência sexual e a criança ou adolescente. Enquanto a exploração sexual se caracteriza pela utilização sexual de crianças e de adolescentes com a intenção de lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie.

A exploração ocorre quando meninos e meninas são induzidos a manter relações sexuais mediante oferta de valores pecuniários ou não e quando são usados para produção de material pornográfico ou levados para outras cidades, estados ou países, com propósitos sexuais. Exploração sexual é considerada crime hediondo caracterizado na Lei nº 12987/14. ●

NA WEB

Mais notícias de Cidades em **oestadoma.com**

Ação Global terá mais parcerias

Com número maior de profissionais participando do evento, vai ser possível ampliar atendimentos

São Luís terá neste sábado, 21, a maior edição da Ação Global já realizada no Maranhão. A afirmação é de Rita Samara, coordenadora de Promoção à Saúde do Serviço Social da Indústria (Sesi) e também do evento, que é realizado em parceria com a Rede Globo,

por meio de sua afiliada, TV Mirante. A expectativa é de que mais de 200 profissionais participem durante todo o dia, oferecendo uma enorme quantidade de serviços. Em 2015, foram pouco mais de 160 parceiros.

O aumento substancial no número de parceiros vai refletir na quanti-



Biaman Prado

Rita Samara coordenará evento

dade de atendimentos, que em 2015 foram 174 mil. “Não atenderemos todas as demandas que irão surgir, mas faremos o nosso melhor. E este ano

tivemos um recorde: nunca em nenhuma Ação Global tivemos tantos médicos como agora”, ressaltou.

Estão previstos pelo menos 49 atendimentos em especialidades médicas, incluindo vacinação, informações para a sociedade e serviços odontológicos diversos. Essa ampliação pode ser explicada pelo empenho das categorias, por meio de suas representações nacionais, que firmaram apoio com o Sesi e a Ação Global. Serão centenas de atendimentos em cardiologia, oftalmologia, pediatria, dermatologia e ginecologia.

Parceiros

Ainda na área da saúde, o Serviço Social do Comércio (Sesc) volta para mais um ano de parceria com o evento. Patrícia Ribeiro Oliveira, coordenadora de assistência à saúde do Sesc-MA, explica que o órgão atuará dando orientações de saúde bucal para os participantes. Na sa-

la que estará preparada em forma de auditório, as pessoas ganharão kits de higiene bucal, ouvirão palestras sobre como preservar a saúde dos dentes e receberão aplicação de flúor.

O Sesc levará o BiblioSesc, a biblioteca itinerante com mais de 3 mil volumes. Outros parceiros realizarão oficinas de desenhos, rodas de leitura, contação de histórias, jogos infantis, brincadeiras, palestras de educação ambiental, direitos humanos, pintura na pele oficina de reciclagem, informática, libras, cursos de alimentos e salgados, finanças pessoais e distribuição de mudas de plantas.

Detran e INSS darão orientações sobre retirada de carteira de habilitação e aposentadorias. O Viva Cidadão fará a emissão de RG e CPF, enquanto o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) emitirá segunda via de títulos. A Corregedoria Geral de Jus-

tiça (CGJ) fará inscrições para casamento comunitário, enquanto o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai realizar o projeto “Maria vai à comunidade: promovendo o acesso da mulher à Justiça”.

Esta edição da Ação Global será a quarta no Campus do Bacanga da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O local foi escolhido por vários fatores, entre os quais o humano (é uma região bastante populosa), econômico (a maioria das grandes indústrias da cidade se encontra na área Itaqui-Bacanga) e o próprio espaço (a UFMA oferece uma infraestrutura mais condizente com o evento, incluindo salas e segurança para os atendimentos). ●

 **VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL**

oestadoma.com

ESTADO
MAIOR

Ações na Assembleia
e no TCE expõem
suspeitas de servidores
'fantasmas'. **POLÍTICA 3**

Caça-fantasmas

Duas ações em duas instituições públicas têm ganhado forte repercussão midiática nos últimos dias. A Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado sofrem intensa pressão por, supostamente, manterem funcionários fantasmas em seus quadros. E a pressão - que já chegou até a Justiça - tende a forçar por uma transparência maior nos dois espaços públicos.

Na Assembleia, a pressão partiu, inicialmente, do sindicato dos empregados da Casa, que congrega algo em torno de 374 servidores. Ocorre que o próprio Sindisalem mantém fantasmas em sua diretoria - a exemplo do próprio presidente, o economista Luiz Noletto, que recebe mais de R\$ 8,5 mil sem nunca ter dado, de fato, expediente na Casa, desde que passou no concurso, em 2003.

Em resposta à pressão do Sindisalem, o presidente Humberto Coutinho (PDT) já acena com o drástico enxugamento da folha, atingindo, inclusive, algo em torno de 230 funcionários que são considerados estáveis, mas não são efetivos, como os que foram amparados por estar atuando no período de cinco anos antes da promulgação da Constituição de 1988.

Presidente da Assembleia já acena com corte de servidores não efetivos, ainda que estáveis

No Tribunal de Contas, a confusão veio à tona com a revelação de que o presidente interino da Câmara Federal, deputado Waldir Maranhão (PP), tinha um filho médico, radicado em São Paulo, que recebia algo em torno de R\$ 7,5 mil, desde 2013, no gabinete do conselheiro Edimar Cutrim. O filho de Maranhão já foi exonerado, mas acabou por chamar a atenção para a caixa-preta que é a relação funcional na Corte de Contas.

O juiz da 4ª Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, determinou que seja encaminhada a relação completa dos servidores do órgão, com as respectivas auditorias anuais, livros de pontos e comprovação de expedientes, para que fique claro não haver outros servidores como o filho do presidente da Câmara. Uma verdadeira operação caça-fantasmas.

Efeito Waldir Maranhão

Juiz manda recadastrar servidores do TCE

Juiz Douglas Martins quer esclarecer se existem no Tribunal de Contas do Estado outros servidores 'fantasmas', como o filho do deputado Waldir Maranhão, que recebia R\$ 7.500,00 sem trabalhar. **POLÍTICA 3**

Juiz manda investigar 'fantasmas' do Tribunal de Contas

Douglas Martins quer esclarecer se há outros servidores nas mesmas condições do filho do deputado Waldir Maranhão



Arquivo

Douglas Martins quer relatório detalhado sobre servidores do TCE

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) deve realizar recadastramento de todos os servidores do seu quadro. A decisão, tomada ontem, é do juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

O magistrado concedeu liminar em ação popular protocolada na semana passada pelos advogados Pedro Leonel Pinto de Carvalho e Aristóteles Duarte Ribeiro e determinou, ainda, o bloqueio de R\$ 235 mil em bens de Thiago Augusto Maranhão, filho do presidente interino da Câmara, deputado Waldir Maranhão (PP-MA).

Thiago é médico, com atuação em São Paulo – onde também cursa uma pós-graduação –, mas estava nomeado no gabinete do conselheiro Edmar Cutrim, com salário de R\$ 7,5 mil mensais.

No seu despacho, Douglas Martins argumenta que o bloqueio dos bens correspondente ao valor que o médico recebera entre novembro de 2013 e abril de 2016 – único período que se pode comprovar pelo portal da transparência da Corte de Contas – “se destina a conservar a higidez de eventual sentença condenatória, pressuposto da tutela cautelar pretendida”.

Sobre o recadastramento, o juiz

alega que o procedimento pode dar ao TCE-MA a chance de identificar outros casos de funcionários fantasmas e cessar as irregularidades.

“A existência de um servidor recebendo pagamentos sem que estivesse efetivamente trabalhando, tal como noticiado nestes autos, levantou a suspeita de que esta prática pode ser comum. Com o recadastramento, o próprio Tribunal de Contas terá condições de corrigir outras eventuais irregularidades que venham a ser constatadas”, despachou.

Ministério Público

Além da ação popular, Thiago Maranhão ainda precisará responder a uma sindicância instalada pelo próprio TCE-MA e a um inquérito civil público aberto pelo promotor Zanny Passos Filho, da Promotoria de Probidade Administrativa.

Nesse caso, o TCE tem até a sexta-feira, 20, para fornecer informações ao Ministério Público.

Por meio de nota, o tribunal informou a **O Estado** que ainda não foi notificado da decisão judicial e que se pronunciará assim que tomar conhecimento do seu teor.

“Ademais, reforça que administrativamente já foram adotadas as medidas cabíveis em relação ao caso por meio da instauração de inquérito administrativo para apurar o fato, a fim de que sejam tomadas as devidas providências”, diz o comunicado.

“É em cima do Edmar Cutrim. Foi ele quem empregou. Ele colocou o Thiago sabendo que o Thiago era médico e morava em São Paulo”

ANDREA MURAD, deputada estadual

Deputada diz que conselheiro também tem responsabilidade

A deputada Andrea Murad (PMDB) cobrou na segunda-feira, 16, responsabilização do conselheiro Edmar Cutrim, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), pelo pagamento indevido de salário a Thiago Maranhão, nomeado no gabinete dele, mas com residência e emprego em São Paulo.

“Conhecemos a ficha corrida do Edmar Cutrim. Quem não conhece? Chantagem, extorsão, propina, política, todos conhecemos. Chantagem com prefeitos. Quem investigou isso? E agora peço e acho que precisa haver uma investigação rigorosíssima não é em cima do Thiago Maranhão, não. É em cima do Edmar Cutrim. Foi ele quem empregou. Ele que colocou o Thiago sabendo que o Thiago era médico e morava em

São Paulo. Ele que colocou o rapaz lá, por troca de favores. Deve ser responsabilizado”, discursou.

Ela adiantou que ingressará com uma representação junto à Procuradoria Geral de Justiça para que o Edmar Cutrim seja investigado.

Na semana passada, o conselheiro Edmar Cutrim, que abrigava o funcionário fantasma em seu gabinete, tentou minimizar a questão. Disse que esse é “assunto superado” e que o caso é muito pequeno para “querer desonrar as pessoas”.

“Esse assunto está superado [...] Eu acho que estão colocando tempestade em copo d’água. Eu acho que tem coisa muita mais séria nesse país pra resolver do que isso, esse ‘tamanhinho’ de coisa para querer desonrar as pessoas”, afirmou. ●

Justiça decreta bloqueio do bens de Maranhãozinho

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos Douglas Martins pediu o bloqueio online de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de imóveis avisando sobre a decisão.

Thiago Maranhão foi no-

meado no Tribunal de Contas do Maranhão em outubro de 2013 e recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio alimentação. No entanto, atuava como médico em outros estados e fez residência no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014. Thiago só foi exonerado do cargo em maio deste ano.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, acatou parcialmente a ação popular que pedia que o dinheiro fosse devolvido e, também, que fosse feito um recadastramento do quadro de funcionários do TCE-MA.

Ainda de acordo com a decisão, o Estado do Maranhão tem o prazo de 90 dias para realizar o recadastramento de todos os servidores do Tribunal de Contas para verificar se existem ou não outros funcionários 'fantasmas'.

"A providência é mais que necessária para preservar a imagem do próprio Tribunal de Contas. Tratando-se de órgão de controle da Administração Pública a quem compete o julgamento, auditoria e fiscalização na aplicação de recursos públicos, a completa transparência e esclarecimento dos fatos interessam ao

próprio Tribunal. Por outro lado, o indeferimento da medida de cautela pode deixar dúvidas de que o Tribunal de Contas, com a colaboração do Poder Judiciário, possa estar ocultando outros servidores em igual situação à de Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso. Portanto, justifica-se o deferimento da medida, a fim de que se previna a existência de outros casos, bem como, se identificados outros, possibilite-se a sua apreciação e correção pelo próprio Tribunal de Contas e/ou pelo Sistema de Justiça", destacou o magistrado em sua decisão.



O Imparcial

21 h · 🌐

Lembrando que até esse horário, a participação é permitida se acompanhados por responsáveis bit.ly/1qo4m4U #oimparcial90anos #festajunina



Até meia-noite - Portaria assinada pela juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que responde pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, determina, entre outras proibições, a participação de crianças menores de 6 (seis) anos em eventos juninos, grupos folclóricos, danças e similares nas festas juninas após as 24h.

Os olhares de Beto Lima

O artista plástico maranhense Beto Lima retorna à galeria de arte do Fórum de São Luís com 16 obras criadas exclusivamente para a exposição. São telas que retratam o olhar do artista sobre diversos temas e locais em que esteve ou morou, a exemplo de Veneza e Roma (Itália) e dos municípios maranhenses de Araiões, sua cidade natal; e São Luís, onde vive desde a adolescência. A exposição fica em cartaz até o dia 30 deste mês e está aberta ao público das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, na Galeria de Artes Celso Antônio de Menezes, localizada no hall do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

DECISÃO

Bens de filho de Waldir são bloqueados

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, pediu o bloqueio on-line de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de imóveis avisando sobre a decisão.

Thiago Maranhão foi nomeado no Tribunal de Contas do Maranhão em outubro de 2013 e recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio-alimentação. No entanto, atuava como médico em outros estados e fez residência no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014. Thiago só foi exonerado do cargo em maio deste ano.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, acatou parcialmente a ação popular que pedia que o dinheiro fosse devolvido e, também, que fosse feito um recadastramento do quadro de funcionários do TCE-MA. Ainda de acordo com a decisão, o estado do Maranhão tem o prazo de 90 dias para realizar o recadastramento de todos os servidores do Tribunal de Contas para verificar se existem ou não outros funcionários 'fantasmas'.



é o limite da
indisponibilidade
dos bens do médico
Thiago Maranhão

Thiago Maranhão recebia pelo TCE, sendo que morava em São Paulo, onde fazia pós-graduação

RELEMBRE O CASO

Dois advogados entraram com ação popular na Justiça pedindo o bloqueio dos bens do médico Thiago Maranhão, que recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio-alimentação do Tribunal de Contas do Maranhão. Ele foi exonerado depois

que foi comprovado que estaria atuando como médico em São Paulo e fazendo pós-graduação na mesma cidade, enquanto exercia a função no TCE-MA.

O caso está sendo investigado pelo Ministério Público, que estipulou prazo de até dez dias

para que o TCE envie as informações sobre a situação jurídica do funcionário. Thiago Maranhão é filho do deputado federal Waldir Maranhão (PP-MA), que também recebeu salários indevidos, segundo nota da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

Operação caça-fantasma

O filme americano *Caça-Fantasmas*, de 1984, do gênero comédia, dirigido por Ivan Reitman, além do sucesso estrondoso de bilheteria, rendeu milhões de dólares como peça teatral e com a música-tema. Como o assunto é de uma amplitude incomparável, a polícia passou a adotar o mesmo codinome para suas operações envolvendo investigações complicadas e inusitadas.

Agora, o assunto volta à tona no Maranhão. Não como policial, mas como encrenca jurídica. O juiz Douglas Martins mandou o Tribunal de Contas do Estado (TCE) “caçar fantasmas” onde nunca se imaginaria que eles estivessem: na folha do órgão de controle das contas públicas do Maranhão. Martins quer saber se a folha do TCE virou abrigo de funcionários fantasmas. Para isso, determinou que o órgão faça cadastramento de seus servidores.

O titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos acredita que cadastrando, o TCE descobrirá se todos os seus servidores estão fazendo jus ao que recebem mensalmente, trabalhando. A base é a ação popular encabeçada pelo advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho em que pede o bloqueio de R\$ 235 mil do TCE. O autor relata que o médico Thiago Maranhão ocupou o cargo comissionado no órgão que controla as contas da máquina estadual e municipal, desde novembro de 2013, período em que o médico fazia curso de pós-graduação em São Paulo.

Atuando numa distância tão grande do órgão que pagou rigorosamente seus salários de assessor da presidência, só mesmo um “fantasma de verdade” seria capaz de tamanha proeza. Assim sendo, até provar em contrário, o TCE vai ter que realizar o cadastramento e mostrar que um fantasma só não faz verão. Pode sim haver mais outros. Eis um assunto verdadeiramente difuso, que o juiz Douglas Martins terá de tirá-lo da névoa perfunctório e torná-lo clarividente ao extremo.

sexual de crianças e adolescentes

Secretaria de Educação participa da Semana de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes

Palestras reflexivas sobre a temática estão sendo realizadas em parceria com o poder judiciário

Luana Barros

Entre os dias 11 e 18 de maio, acontece em diversas escolas da rede municipal de ensino de Imperatriz, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o ciclo de palestras em parceria com o judiciário integrando a programação da Semana de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Rossana Melo, coordenadora do Setor de Acompanhamento Escolar, explica como são organizadas as ações. “Durante a semana, foram realizadas palestras nas escolas Marechal Rondon, Presidente Costa e Silva, Frei Tadeu, Marly Sarney; e nesta sexta-feira (18) à tarde será realizada blitz de conscientização pelo combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na Rua Ceará – em frente à SEMED”.

Sobre a data: -

Em 18 de maio de 1973, uma menina de oito anos foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no Espírito Santo. Seis dias depois, seu corpo apareceu carbonizado e os seus agressores nunca foram punidos. A data ficou instituída como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” a



Carvalho, defensor público, profere palestra sobre o tema para alunos da Escola Frei Tadeu

partir da aprovação da Lei Federal nº. 9.970/2000. O “Caso Araceli”, como ficou conhecido, ocorreu há 43 anos, mas, infelizmente, situações absurdas como essa ainda se repetem. A intenção do “18 de maio” é destacar a data para mobilizar toda a sociedade a participar dessa luta e proteger nossas crianças e adolescentes.

Rossana Melo afirmou ainda que as ações são realizadas em parceria com o Dr. Delvan Tavares, juiz titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz; Alenilton Santos Jr, promotor da Infância e Juventude; Conselho Tutelar, 50º Batalhão de Infantaria de Selva.

“Disque 100”

No Brasil, é um serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. De março de 2003 a março de 2011, o Disque recebeu 52 mil denúncias de violência sexual contra este público. O Disque 100 funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive aos finais de semana e feriados. As denúncias são anônimas e podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita para o número 100; ou pelo endereço eletrônico disquedenuncia@sedh.gov.br. (Luana Barros - AS-COM)

9ª Vara Criminal usa sistema biométrico para controlar frequência de acusados que cumprem medidas cautelares

A 9ª Vara Criminal de São Luís, especializada em crimes contra crianças e adolescentes, está utilizando o Sistema Convictus para controle, através da biometria, da frequência de acusados em cumprimento de medida cautelar do tipo termo de comparecimento. A unidade judiciária é a primeira a implementar, no Fórum Desembargador Sarney Costa,

o uso desse sistema digital.

Os servidores da 9ª Vara Criminal passaram por treinamento e iniciaram uma fase de teste do sistema desde o último dia 28 de abril. Já foi cadastrada a assinatura biométrica de 50 acusados. Atualmente, cerca de 290 cumprem medida cautelar de termo de comparecimento naquela unidade judiciária.

O Convictus é um siste-

ma informatizado de controle de frequência que usa a biometria para garantir maior segurança na identificação correta do apenado/acusado e permite que as unidades judiciais tenham maior controle de tais registros, uma vez que o programa possibilita emitir relatórios com estatística de comparecimentos e faltas.

Para a juíza Stela Pereira

Muniz Braga, respondendo atualmente pela 9ª Vara Criminal, a implantação do sistema Convictus representa um grande avanço no acompanhamento e controle das medidas cautelares na modalidade termo de comparecimento, além do ganho em relação ao tempo no atendimento feito pelo servidor que antes fazia manualmente o cadastramento e a assinatura.

'FUNCIONÁRIO FANTASMA' DO TCE-MA

Justiça decreta bloqueio de bens de filho de Waldir Maranhão



A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos Douglas Martins pediu o bloqueio online de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de imóveis avisando sobre a decisão. **Página - 2**

Justiça decreta bloqueio parcial de bens de filho de Waldir Maranhão

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos Douglas Martins pediu o bloqueio online de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de imóveis avisando sobre a decisão.

Thiago Maranhão foi nomeado no Tribunal de Contas do Maranhão em outubro de 2013 e recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio alimentação. No entanto, atuava como médico em outros estados e fez residência no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014. Thiago só foi exonerado do cargo em maio deste ano.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, acatou parcialmente a ação popular que pedia que o dinheiro fosse devolvido e, também, que fosse feito um recadastramento do quadro de funcionários do TCE-MA. Ainda de acordo com a decisão, o estado do Maranhão tem o prazo de 90 dias para realizar o recadastramento de todos os servidores do Tribunal de Contas para verificar se existem ou não outros funcionários 'fantasmas'.

"A providência é mais que necessária para preservar a imagem do próprio Tribunal de Contas. Tratando-se de órgão de controle da Administração Pública a quem compete o julgamento, auditoria e fisca-

lização na aplicação de recursos públicos, a completa transparência e esclarecimento dos fatos interessam ao próprio Tribunal. Por outro lado, o indeferimento da medida de cautela pode deixar dúvidas de que o tribunal de Contas, com a colaboração do Poder Judiciário, possa estar ocultando outros servidores em igual situação à de Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso. Portanto, justifica-se o deferimento da medida, a fim de que se previna a existência de outros casos, bem como, se identificados outros, possibilite-se a sua apreciação e correção pelo próprio Tribunal de Contas e/ou pelo Sistema de Justiça", destacou o magistrado em sua decisão.

Relembre o caso - Dois advogados entraram com ação popular na Justiça pedindo o bloqueio dos bens do médico Thiago Maranhão, que recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio alimentação do Tribunal de Contas do Maranhão. Ele foi exonerado depois que foi comprovado que estaria atuando como médico em São Paulo e fazendo pós-graduação na mesma cidade, enquanto exercia a função no TCE-MA.

O caso está sendo investigado pelo Ministério Público que estipulou prazo de até dez dias para que o TCE envie as informações sobre a situação jurídica do funcionário. Thiago Maranhão é filho do deputado federal Waldir Maranhão (PP-MA), que também recebeu salários indevidos segundo nota da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

TJMA realiza sessão plenária administrativa

Com 14 processos na pauta de julgamentos, acontece nesta quarta-feira (18), a partir das 9h, a sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Na sessão, os desembargadores analisarão nove propostas de resolução, processos administrativos, editais de promoção de juízes pelo critério de merecimento, além da

indicação de membros da Turma Recursal do Sistema de Juizados Especiais do Estado do Maranhão. A sessão plenária será transmitida ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que pode ser acessada no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). O aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível para download nas lojas virtuais.

Comarca de Pio XII suspende expediente nesta quarta-feira

Estará suspenso, hoje (18), o expediente forense na Comarca de Pio XII. A medida consta de portaria (Portaria 02/2016) assinada pelo titular da Comarca, juiz Raphael Leite Guedes. Segundo o documento, a suspensão se dá em função dos serviços de dedetização,

desratização e descupinização a serem realizados na sede do Poder Judiciário na data.

Ainda de acordo com o documento, os prazos processuais que vencerem no dia 18 estarão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente (19).

- A organização do evento é da Unisulma, Universidade do Sul do Maranhão em parceria com a Escola Superior de Advocacia, ESA e conta com o apoio da OAB/MA, por meio da subseção de Imperatriz. A palestra de abertura intitulada "Diretrizes da Justiça Eleitoral para o Pleito de 2016", ficará a cargo do Presidente do TRE/MA, Desembargador Lourival Serejo, e do Presidente da OAB-MA, Thiago Diaz.

“O Poder Judiciário – na sua nobre função social – está comprometido com o chamado sistema multiportas de solução dos conflitos, enquanto instância formal de controle social, resgatando, assim, definitivamente, a sua especial função de órgão pacificador”, enfatiza o Desembargador José Luiz Almeida

Desembargador Lourival Serejo lança obra sobre Direito Eleitoral

O desembargador Lourival de Jesus Serejo lança, no próximo dia 30, o livro “Direito Eleitoral” – atualizado conforme o Novo Código de Processo Civil (CPC), a Lei nº 13.165/2015 e a jurisprudência eleitoral.

A obra considera as dúvidas trazidas após a grande reforma da legislação eleitoral, com a promulgação da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, também abrangida pela Lei nº 12.891, de dezembro de 2013, a qual não teve aplicação nas eleições de 2014, devido ao princípio da anualidade.

Segundo o desembargador, o livro tem dois enfoques principais – a vertente constitucional dada às matérias e o chamamento à importância da hermenêutica na resolução das questões eleitorais levadas aos tribunais, buscando incentivar no leitor uma postura crítica.

Imperatriz

Bens apreendidos pela Justiça serão levados a descarte

Editais publicados pelo Juizado Especial Criminal de Imperatriz e assinados no último dia 12 pela titular da unidade, juíza Debora Jansen Castro Trovão, determina o prazo de 30 dias para o “descarte e/ou destinação diversa” dos bens apreendidos pelo Juizado. Segundo a magistrada, a medida

se deve à falta de espaço físico estruturado nas dependências do Juizado para acondicionar os bens apreendidos, bem como ao fato de o depósito judicial da comarca estar abarrotado. Debora Jansen ressalta ainda que o descarte dos bens obedece ao “Manual de Bens Apreendidos”, do Conselho Nacional de Justiça,

que orienta os magistrados a promoverem a doação dos bens a entidades assistenciais ou promover a sua destruição e descarte em lixo apropriado, caso não estejam em condições de uso. De acordo com os editais (editais 32016 e 42016), os proprietários de bens apreendidos tem até

30 dias para requerer o que lhes pertence. A entrega se dará mediante comprovação da propriedade, por meio de nota fiscal ou comprovação idônea de propriedade nos moldes da Lei Civil.

“Os proprietários podem agendar a visita pelo telefones (99) 3524-6801 e 3524-7155, no endereço à rua Iracema, nº 709 (entre as ruas São Paulo e Brasil), bairro Nova Imperatriz. Os bens não podem ser reclamados posteriormente”, consta nos editais.

(Ascom TJMA)



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 03/2016
Processo nº 36.369/2014

Objeto: Cessão de uso de área do Fórum Des. Sarney Costa, para exploração de serviços de restaurante e cafeteria;
Abertura: 01/06/2016 às 10:00h (horário local); **Local:** Auditório do Anexo do Tribunal de Justiça, Rua do Egito, 144, Centro, CEP: 65.010-190, São Luís/MA; **E-mail:** divlicitacao@tjma.jus.br.
Fones: (98) 3261-6181 / 6182. São Luís-MA, 16 de maio de 2016. **Thiago Chung de Farias** - Pregoeiro

Justiça determina bloqueio de bens do filho do deputado Waldir Maranhão

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, pediu o bloqueio online de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de

imóveis avisando sobre a decisão.

Thiago Maranhão foi nomeado no Tribunal de Contas do Maranhão em outubro de 2013 e recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio alimentação. No entanto, atuava como médico em outros estados e fez residência no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014. Thiago foi exonerado do cargo em maio deste ano.

O juiz Douglas Martins acatou parcialmente a ação popular pedindo que o dinheiro fosse devolvido e, também, que fosse feito um recadastramento do quadro de funcionários do TCE-MA. Ainda de acordo com a decisão, o estado do Maranhão tem o prazo de 90 dias para realizar o recadastramento de todos os servidores do TCE para verificar se existem ou não outros funcionários ‘fantasmas’. (G1)